

A MATERIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL.

Vanessa Rombola Machado¹⁰

RESUMO: O presente artigo constitui-se uma análise teórica sobre a Violência contra crianças e adolescentes no Brasil, a partir dos dados obtidos por meio do Mapa da Violência 2012 – crianças e adolescentes no Brasil. Concebemos que a violência contra criança e adolescente é uma realidade posta, se efetiva no âmbito doméstico, tendo os genitores como os principais agressores, fato este que leva a mesma a certa invisibilidade social. Compreendemos que refletir e desvelar sobre a violência é fundamental, até para que se possa propor políticas públicas de enfrentamento a esta situação, buscando a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Palavras – chave: Violência. Criança. Adolescentes. Direitos

ABSTRACT: This article constitutes a theoretical analysis on Violence against children and adolescents in Brazil, from the data obtained through the Map of Violence 2012 - children and adolescents in Brazil. Conceives that violence against children and adolescents is a reality called, is effective in the domestic sphere, and the parents as the main perpetrators, a fact that leads to the same kind of social invisibility. We understand that reflect and reveal on violence is critical to so that we can propose public policies to face this situation, seeking to guarantee the rights of children and adolescents.

Keywords: Violence; Children; Adolescents; Rights

INTRODUÇÃO

A violência, como destacado por Alba Zaluar (1997) está em toda lugar, sem causas, facilmente delimitáveis e sem atores permanentes.

Assim, compreender a violência, dentro da sociedade burguesa, exige do pesquisador para além de conhecer e descrever o referido fenômeno, mas também em transformá-la. Aponta a necessidade de compreender a violência por meio da categoria mediação (singularidade-particularidade-totalidade), possibilita a investigação social-científica apreender parte desse todo, ou seja, capturar a essencialidade da violência. (LÖWY, 1985).

A violência pode ser concebida como um fenômeno social e histórico, que ocorre em todas as classes sociais, em diferentes épocas e sociedades. Faleiros (2008) destaca que existem diferentes conceitos sobre violências, sendo que estes passam por constantes mudanças, devido a sociedade e a época histórica vivenciada. A violência simbólica reina soberana nas relações sociais brasileiras. Internalizada pela parcela societária que é invisibilizada pelo Estado e pelas classes dominantes e que a criminaliza em nome da proteção do bem comum, tão bem personificada pela força policial a mando do capital. Na legislação todos somos iguais perante a lei, mas no âmbito da particularidade da sociedade burguesa somos pobres, pretos, favelados, facilmente identificados para receber práticas discriminatórias em nome da ordem a ser mantida. Para Iasi (2013) a exploração nessa

¹⁰ Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: vanessarombola@yahoo.com.br

sociedade é aceita como mecanismo de sociabilidade visando o favorecimento do Capital. Neste contexto o Estado é saneado financeiramente, destruindo as políticas públicas e garantindo a transferência do fundo público para a prioridade privatista.

Como aponta Marx (2008) a proteção do Estado à reprodução do capital vem imbricando no empobrecimento material e espiritual dos trabalhadores (as), espoliados (as) não somente da riqueza socialmente produzida, mas de sua dignidade e da vivacidade nas relações consigo mesmo e com os outros. Tal expropriação e exploração leva ao desmantelamento dos direitos sociais.

Assim adentramos ao conceito de violência estrutural, concebido como diversos danos (tantos físicos quanto psicológicos), que poderiam ser evitados, mas não o são devido a prática da negligência ou negação de direitos.

Waiselfisz (2012) afirma que a violência estruturante reflete os limites culturalmente aceitos pela sociedade, e uma certa tolerância que naturaliza e silencia a violência.

A violência contra crianças e adolescentes é um exemplo emblemático dessa díade desproteção/penalização. A perspectiva retributiva que direciona as ações da justiça brasileira incide para a estrita penalização dos (as) autores (as) da violência, numa trama em que a violência é simbólica, introjetando-se valores e representações que situam tais indivíduos à margem da sociedade, na chancela dos excluídos e, portanto, sem alternativas de refletir sobre seus atos e buscar estratégias para superar a violência por eles (as) cometida.

No que tange à produção e reprodução de violências no cenário brasileiro, o segmento infanto-juvenil fora alvo histórico de inúmeras violações de direitos, onde o adulto detém o poder sobre a criança (SAFFIOTI, 2007). Mas além desta relação de dominação adulto-criança, outros fatores contidos no contexto estrutural das sociedades e no modo de produção influem profundamente na incidência de elevados níveis de violência contra crianças e adolescentes no país. O abismo moderno entre o desenvolvimento econômico e o social gera mudanças que freiam novas perspectivas para a proteção social dos segmentos mais vulneráveis da população. O crescimento econômico, não alinhado ao social, nas palavras de Yamamoto (2009), acarreta na radicalização da questão social.

Para compreendermos melhor a questão da violência, deve-se analisar a forma como ela esta posta. Para Faleiros (2008) no Brasil a violência cometida contra criança e adolescente podem estar associadas à teoria do poder, que se caracteriza na relação de força entre o dominador e o dominado, com intuito de conseguir objetivos e obter benefícios. Destaca ainda que o poder muitas vezes é violento e arbitrário, e aquele que o detém julga-se no direito de criar suas próprias leis, que muitas vezes contradiz as regras legais.

As legislações e declarações internacionais e nacionais de proteção à infância e adolescência tem como premissa a proteção e defesa do interesse da criança. Mas o que vimos hoje são as famílias abandonadas e expostas às migalhas oferecidas pelas políticas sociais cada vez mais precarizadas. O fundo público, que deveria garantir o financiamento de suas ações, vem sendo utilizado à revelia na orgia do capital para sua plena reprodução.

A realidade da infância e da adolescência pobre no país é um amálgama que reúne desproteção, abandono e vitimizações.

10 MÉTODO CRÍTICO-DIALÉTICO E A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE

A apreensão do movimento da realidade numa perspectiva de totalidade considerando a historicidade, a contradição e as mediações que se manifestam nesse complexo, contribui impreterivelmente para o desvendamento da raiz dos fenômenos sociais. Entende-se essa raiz, como a essência (estrutura e dinâmica) e busca-se nas mediações um esforço crítico-reflexivo de elevação do abstrato, da superficialidade dos fenômenos para o concreto-pensado. O método é uma construção orientada por teorias, não é processo

estático e absoluto, requer constantemente procedimentos de reavaliação.

O Método Dialético-Crítico, que busca mais do que fatos isolados, a sua busca consiste na conexão entre os múltiplos fatores que condicionam uma realidade. O desvendamento da realidade acontece por meio de suas contradições, reconhecendo a historicidade e buscando a totalidade, uma vez que leva em conta o contexto social, cultural, econômico e histórico dos sujeitos envolvidos na investigação.

O Método Dialético-Crítico possui, como característica essencial, o espírito crítico e autocrítico, incitando, desta forma, a rever o passado à luz do que está acontecendo no presente, por isso o Método Dialético- Crítico questiona o presente em nome do futuro (KONDER, 2008). A dialética materialista busca além do questionamento dos fenômenos e do contexto, a sua transformação em um processo histórico, que envolve categorias analíticas, nas quais foram escolhidas para este estudo quatro categorias - historicidade, contradição, mediação e totalidade.

O método dialético-crítico permitem apreender a violência contra crianças e adolescentes a partir da complexidade que envolve o seu acometimento na sociedade, desvendando as relações contraditórias que permeiam este fenômeno, levando em consideração os diferentes e dinâmicos contextos econômicos, sociais, culturais e históricos nos quais esta expressão da violência revela-se.

Lukács (1979, p.84) afirma “que toda aparência ou fenômeno é essência que aparece, toda essência aparece de algum modo, nenhuma das duas pode estar presente nesta relação dinâmica, contraditória”. A busca pela essência do fenômeno será mediatizada pela sua aparência, ou seja, uma não prescinde da outra, estão dialeticamente interligadas.

A busca pela apreensão da violência em suas múltiplas manifestações, na perspectiva de totalidade, também requer sucessivas aproximações com suas aparências imediatas, pois é nelas que a essência irá manifestar-se.

As categorias que constituem o método crítico-dialético, dentre elas a mediação, são expressões do movimento da realidade, portanto, não podem ser isoladas ou fragmentadas. A apreensão destas exige um movimento dialético que busque a totalidade concreta dos fatos. A categoria da totalidade implica “um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fator qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido [...]” (KOSIK, 1976, p. 44).

Tendo como embasamento esta apreensão metodológica da realidade social, percebe-se que o estudo da violência e suas diversas implicações é um desafio permanente, imposto aos (as) pesquisadores (as). Quando crianças e adolescentes são as vítimas deste fenômeno, a complexidade torna-se um elemento intransponível para uma análise mais aprofundada. O enfrentamento à violência está diretamente relacionado à apreensão deste fenômeno a partir da multiplicidade das determinações que o engendram na dinâmica da sociedade.

A resposta para o seu enfrentamento no Brasil se dá por meio da Política de Assistência Social, mais especificamente, ações no âmbito do atendimento da proteção social especial de média complexidade.

A construção de um serviço qualificado e comprometido com a construção de uma cultura de proteção aos direitos da infância e da adolescência, no âmbito das ações do CREAS, deve acontecer por meio da materialização da interdisciplinaridade e da intersetorialidade que se assentam enquanto um constante desafio aos profissionais e as políticas sociais que buscam a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes a viver uma vida sem violência.

A vitimização de crianças e adolescentes é um fenômeno transversal, abrangendo a todos os indivíduos. Tal violência é parte constitutiva das relações capitalistas, que se estabelecem na sociedade contemporânea, sendo indissociável às condições de exploração a que as classes sociais dominadas são expostas.

A violência, conforme Vivarta (2003), associa-se impreterivelmente a fatores

históricos, como as relações assimétricas de trabalho, entre as classes sociais e de gênero, bem como o aprofundamento das desigualdades sociais, econômicas e políticas.

A multidimensionalidade da violência não admite, segundo Azambuja (2004), que as instituições atuem de forma isolada, sem estar interligadas à rede de atendimento do município, ou seja, a atuação destes espaços não pode estar restrita a sua política sem apreender a totalidade dos fenômenos e as contradições expressas na realidade. A articulação entre as políticas públicas e a estruturação das ações em rede configuram-se, no contexto atual, em um dos maiores desafios postos para o fortalecimento da atenção à infância e juventude.

O expressivo crescimento de situações de violencial, envolvendo crianças e adolescentes, exige dos mecanismos protetivos, dentre eles o Estado e a sociedade, um novo direcionamento de suas ações, na perspectiva de integrar as políticas públicas e desenvolver metodologias adequadas, diante à multidimensionalidade da violência.

A construção de uma política pública para o enfrentamento à violência requer ações contínuas e não temporárias, capacitação profissional dos sujeitos que atuam na linha de frente da política pública, repasse de recursos financeiros, na perspectiva de atender às demandas implícitas que se evidenciam no atendimento às vítimas e suas famílias.

A discussão no Brasil sobre a Política de Assistência Social historicamente vem sendo permeada por pré-conceitos e pré-concepções que possuem, como principal consequência, uma apreensão equivocada dessa política social. Pereira (2008) reflete que, embora a assistência social seja um fenômeno tão antigo quanto à humanidade e esteja presente nos diversos contextos sociais, culturais e econômicos, poucas ainda são as contribuições teóricas que auxiliem a torná-la precisa tanto do ponto de vista conceitual quanto político.

Intervir sobre as expressões da violência contra crianças e adolescentes exige um movimento que rompa com a fragmentação e sobreposição dos saberes, buscando a interdisciplinaridade como estratégia para a materialização de um atendimento integralizado e com impacto social na vida dessas crianças e adolescentes.

1.1 A violência contra criança e adolescente no Brasil e no Paraná

Em 2012 foi publicado o “Mapa da Violência 2012: Crianças e de crianças e adolescentes” pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. O referido mapa destaca o aumento avassalador da violência nas últimas décadas. Aponta um incremento da violência cotidiana, sendo este um aspecto problemático da vida social, se manifestando de formas diversas e específicas no cotidiano social.

Segundo dados do Censo Demográfico 2010 o Brasil possui 59.657.339 crianças e adolescentes, totalizando 31,3% da população no país.

Ao pesquisarmos sobre violência contra crianças e adolescentes faz-se necessário, primeiramente, analisar como se apresenta a questão de óbitos deste segmento. Apresentamos na tabela abaixo a evolução dos óbitos nos últimos 30 anos no Brasil.

Tabela 1. Evolução dos óbitos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) segundo causa. Brasil. 1980/2010.

Ano	Acidentes Transporte	Outros Acidentes	Suicídio	Homicídio	Outras Violências	Causas Externas	Total de óbitos <1 a 19 anos
1980	4.782	6.309	482	1.825	3.059	16.457	244.942
1981	4.832	6.538	567	1.920	2.704	16.561	233.620
1982	5.204	6.518	470	1.899	2.524	16.615	219.530
1983	4.788	7.429	533	2.266	2.000	17.016	212.601
1984	5.202	7.115	439	2.596	2.150	17.502	217.361

1985	5.812	7.327	407	2.908	2.406	18.860	187.405
1986	6.652	7.384	455	3.134	2.789	20.414	189.346
1987	5.822	7.119	451	3.396	2.559	19.347	175.320
1988	5.946	7.127	393	3.422	2.734	19.622	171.427
1989	6.278	7.405	443	4.456	2.531	21.113	155.591
1990	5.946	7.255	446	5.004	1.489	20.140	144.457
1991	5.831	7.070	488	4.674	1.549	19.612	131.953
1992	5.581	6.910	485	4.165	1.779	18.920	130.142
1993	5.740	7.039	570	4.782	1.912	20.043	135.580
1994	6.051	7.246	645	5.168	2.113	21.223	134.588
1995	6.423	7.336	632	5.925	1.697	22.013	127.109
1996	6.832	7.254	750	6.170	1.651	22.657	119.518
1997	6.546	6.956	683	6.645	1.530	22.360	115.029
1998	5.574	6.096	701	7.181	2.156	21.708	115.786
1999	5.518	6.317	634	7.355	1.749	21.573	112.470
2000	5.154	6.095	609	8.132	1.953	21.943	110.392
2001	5.243	5.300	816	8.480	1.712	21.551	103.787
2002	5.538	5.455	756	8.817	1.807	22.373	100.621
2003	5.359	5.074	763	8.787	1.533	21.516	98.516
2004	5.518	4.992	750	8.309	1.623	21.192	93.693
2005	5.436	4.930	732	8.361	1.581	21.040	89.804
2006	5.390	4.710	756	8.414	1.344	20.614	86.512
2007	5.471	4.448	716	8.166	1.635	20.436	82.358
2008	5.388	4.329	735	8.433	1.586	20.471	81.044
2009	4.981	4.258	680	8.393	1.667	19.979	78.916
2010	5.456	3.953	709	8.686	1.244	20.048	75.708
% 2010	27,2	19,7	3,5	43,3	6,2	100,0	
Total 81/90	56.482	71.217	4.604	31.001	23.886	187.190	1.906.658
Total 91/00	59.250	68.319	6.197	60.197	18.089	212.052	1.232.567
Total 01/10	53.780	47.449	7.413	84.846	15.732	209.220	1.001.351
Total 81-10	169.512	186.985	18.214	176.044	57.707	608.462	4.030.184
Δ % 80/90	24,3	15,0	-7,5	174,2	- 51,3	22,4	-41,0
Δ % 90/00	-13,3	16,0	36,5	62,5	31,2	-9,0	-23,6
Δ % 00/10	5,9	-35,1	16,4	6,8	-36,3	-8,6	-31,4
Δ % 80/10	14,1	-37,3	47,1	375,9	-59,3	21,8	-69,1

Fonte: Mapa da Violência, 2012 (dados extraídos SIM/SVS/MS)

A análise da tabela acima apresentada destaca uma redução significativa no total de óbitos de 1980 a 2010, saindo de 244.942 (1980) para 75.708 (2010). Este dado também corrobora com a redução da taxa de natalidade que vivemos no Brasil, principalmente a partir dos anos 2000. Contudo, ainda podemos extrair que houve um aumento do número de óbitos ocasionados por acidentes de transporte, indo de 4.782 (1980) para 5.456 (2010); um aumento da taxa de suicídio, de 482 (1980) para 709 (2010); e aumento de homicídios, de 1.825 (1980) para 8.686 (2010). Tais dados refletem o grande processo de urbanização que as cidades vivem, e o aumento de violência das mesmas. Onde a mortalidade mais cresceu foi nos homicídios, que passam de 0,7% para 11,5 % e nos acidentes de transporte, que passam de 2% para 11,5% do total de mortes na faixa de <1 a 19 anos de idade.

Especificamente em relação a Violência Doméstica, Sexual e outras formas contra crianças e adolescentes, mulheres e idosos, foi implantado um sistema de monitoramento em 2009, o SINAN. Este sistema pertence ao sistema de Saúde, sendo de responsabilidade ao gestor municipal do SUS o preenchimento da ficha de notificação diante da suspeita de violência.

O Mapa da Violência de 2012 apresenta os dados do SINAN referente a 2011. Contudo, é necessário enfatizar que estas, infelizmente, não representam a realidade das violências vivenciadas pelas crianças e adolescentes. Como muitas destas violências acontecem no âmbito doméstico, elas permanecem veladas, e grande parte não chega ao conhecimento das políticas públicas. Os casos que chegam ao conhecimento das autoridades competentes em realizar o atendimento ainda são muito poucos, sendo dificultados, quando as crianças e adolescentes pertencem às famílias ricas, revestidas pelo manto

da “sagrada família”, em que a detecção das situações de violação de direitos torna-se ainda mais difícil.

A violência se impõe como um fenômeno que apresenta uma dinâmica complexa, diversificada, concreta e material. Ou seja, ela possui uma lógica que não é criada abstratamente pela razão humana ainda que possa e deva ser compreendida, descrita e analisada com o apoio do pensamento humano. Portanto, a razão não é absoluta e não constrói isoladamente a realidade, mas reconstrói com o auxílio do pensamento crítico (SILVA, 2012, p.02).

O Mapa apresenta que no ano de 2011, o SINAN recebeu 98.115 denúncias de violência. Destas 39.281, ou seja 40%, eram contra crianças e adolescentes. Em relação aos tipos de violência, a tabela 2 apresenta a relação dos tipos versus a faixa etária, como abaixo apresentado.

Tabela 2. Número e % de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) por violências segundo tipo de violência e faixa etária das vítimas. Brasil. 2011.

Tipo de Violência	Faixa etária (anos)											
	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total
Física	1.114	1.549	2.258	5.243	11.115	21.279	29,4 %	21,7	26,9	36,0	59,6	40,5
Moral	322	874	1.796	2.965	2.991	8.948	8,5 %	12,3	21,4	20,4	16,0	17,0
Tortura	41	67	170	287	427	992	1,1 %	0,9	2,0	2,0	2,3	1,9
Sexual	183	1.552	2.542	4.118	2.030	10.425	4,8 %	21,8	30,3	28,3	10,9	19,9
Abandono	1.893	2.846	1.425	1.281	830	8.275	49,9 %	39,9	17,0	8,8	4,5	15,8
Outras	240	244	198	667	1.247	2.596	6,3 %	3,4	2,4	4,6	6,7	4,9
Total	3.793	7.132	8.389	14.561	18.640	52.515	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Mapa da Violência, 2012 (dados extraídos do SINAN/SVS/MS)

A análise da tabela acima demonstra que o abandono é dominante que na faixa de até 1 ano de idade (49,9%) e de 1 a 4 anos de idade (39,9%). A violência sexual é preponderante na faixa etária de 5 a 9 anos de idade (30,3%), contudo está assume o segundo lugar nas faixas etárias de 1 a 4 anos (21,8%) e de 10 a 14 anos (28,3%). Já a violência física é a que possui a maior incidência na faixa etária de 10 a 14 ano de idade (36%) e de 15 a 19 ano de idade (59,6%).

É necessário destacar que como mencionado anteriormente o SINAN no ano de 2011 teve 39.281 denúncias de violência. Contudo a tabela 2 apresenta um total de 52.515 tipos de violência. Essa número se apresenta pois uma denúncia, ou uma criança vítima de violência, pode ter sofrido mais de um tipo de violência, ou seja, uma mesma criança pode ter sido vítima de violência física e de abandono ao mesmo tempo. Este fator aumenta drasticamente o número de tipos de violência, se comparado com o número de denúncias.

Ao pensarmos sobre violência contra criança e adolescente temos que analisar também quem é o agressor, quem é o violador de direitos, como apresentado na tabela abaixo.

Tabela 3. Número e % de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) segundo relação com o agressor e faixa etária das vítimas. Brasil. 2011.

Relação c/ vítima	Número de atendimentos						% de atendimentos					
	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total
Pai	839	1.300	1.060	1.326	821	5.354	23,5	22,2	18,1	13,0	6,6	14,1

		2	6									
Mãe	1.768	2.223	1.362	1.332	786	7.471	49,4	38,0	23,1	13,1	6,3	19,6
Padrasto	530	240	509	741	337	1.880	1,5	4,1	8,7	7,3	2,7	4,9
Madrasta	5	28	52	64	37	186	0,1	0,5	0,9	0,6	0,3	0,5
Cônjuge				113	922	1.035	0,0	0,0	0,0	1,1	7,4	2,7
Ex-cônjuge				38	309	347	0,0	0,0	0,0	0,4	2,5	0,9
Namorado				598	505	1.103	0,0	0,0	0,0	5,9	4,0	2,9
Ex-namorado				71	288	359	0,0	0,0	0,0	0,7	2,3	0,9
Irmão	48	98	153	305	408	1.012	1,3	1,7	2,6	3,0	3,3	2,7
Amigo/conhecido	147	446	1.154	2.574	2.361	6.682	4,1	7,6	19,6	25,3	18,8	17,6
Desconhecido	161	232	336	1.182	2.675	4.586	4,5	4,0	5,7	11,6	21,3	12,1
Outros	556	1.286	1.252	1.846	3.081	8.021	15,5	22,0	21,3	18,1	24,6	21,1
Total	3.577	5.855	5.884	10.190	12.530	38.036	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pais	2.665	3.793	2.989	3.463	1.981	14.891	74,5	64,8	50,8	34,0	15,8	39,1
Parceiros/ex				820	2.024	2.844	0,0	0,0	0,0	8,0	16,2	7,5

Fonte: Mapa da Violência (dados extraídos do SINAN/SVS/MS)

A análise da tabela 3 apresenta que na faixa etária de até 1 ano de idade e de 1 a 4 anos de idade, os genitores são os principais agressores, sendo que a mãe ocupa o primeiro lugar com 1768 casos (até 1 ano de idade) e 2.223 (de 1 a 4 anos), e o pai o segundo lugar com 839 casos (até 1 ano de idade) e 1.302 (de 1 a 4 anos). Na faixa etária de 5 a 9 anos de idade a mãe é a principal agressora (1.362 atendimentos), seguida em segundo lugar por outros agressores (1.252 atendimentos) e apresentando amigos como o terceiro maior agressor (1.154 atendimentos).

Já na faixa etária de 10 a 14 anos o principal agressor é um amigo ou conhecido (com 2.574 casos). E na faixa de 15 a 19 anos outros se configura como o maior agressor, com 3.081 atendimentos, seguido de desconhecido com 2.675 atendimentos.

Ao cruzarmos os dados da tabela 2 com a tabela 3 evidenciamos que na faixa etária de até 1 ano e de 1 a 4 anos de idade os genitores são os principais ocasionadores tanto do abandono quanto da violência física. Na faixa de 1 a 4 anos também há um destaque para os genitores na prática da violência sexual.

Como o presente estudo se constitui como contatos preliminares oriundos do objeto da tese de doutorado, que tem como foco a violência contra criança e adolescente e a atuação dos CREAS no Paraná, faz se necessário uma aproximação com os dados sobre violência no Sul, mais especificamente no Paraná, conforme apresentados nas tabelas a seguir.

Tabela 4. Número e taxas (em 100 mil) de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) por violências segundo UF/região e faixas etárias. Brasil. 2011.

UF/REGIÃO	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	<1-19
Paraná	348	262	298	634	874	2.416
Rio Grande do Sul	344	620	715	1.102	1.253	3.944
Santa Catarina	115	190	249	494	724	1.772

Sul	807	1.072	1.262	2.140	2.851	8.132
-----	-----	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Mapa da Violência, 2012

Em número de população, segundo dados da estimativa do Censo para 2014, o Rio Grande do Sul possui 11, 21 milhões de habitantes, o Paraná possui 11, 08 milhões de habitantes e Santa Catarina 6,727 milhões de habitantes. A tabela 4 evidencia que o Estado do Paraná ocupa o terceiro lugar no total geral em número de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência. Contudo, se analisarmos o número de atendimento por faixa etária, o Paraná ocupa o primeiro lugar em atendimento a crianças com um ano ou menos, e ocupa o segundo lugar nas demais faixas etárias.

Tabela 5. Participação (%) das faixas etárias de crianças e adolescentes (1<a 19 anos) no total de atendimentos do SUS. Brasil. 2011

UF/REGIÃO	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	<1-19	TOTAL
Paraná	6,8	5,1	5,8	12,4	17,1	47,2	100,0
Rio Grande do Sul	3,7	6,7	7,8	11,0	13,6	42,8	100,0
Santa Catarina	2,0	3,4	4,4	8,8	12,9	31,5	100,0
Sul	4,0	5,4	6,3	10,7	14,3	40,7	100,0

Fonte: Mapa da Violência, 2012

O Estado do Paraná está em primeiro lugar no número de atendimento as crianças com até um ano de idade (total de 6,8% dos atendimentos) na região Sul. E o Mapa da Violência 2012 aponta que o referido estado também está nesta categoria em primeiro lugar a nível Brasil.

CONCLUSÃO

A reflexão proposta neste artigo demonstra elementos que tencionam e trazem a tona dados que expressam a realidade, por vezes camuflada, sobre a violência contra crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza a integridade e dignidade da criança e do adolescente. Contudo, por vezes, nos deparamos com o descumprimento destes preceitos por meio da violência contra criança e adolescente.

A partir dos dados obtidos junto ao Mapa da Violência de 2012, podemos constatar que é no âmbito doméstico que a maior parte das violências se concretizam, tendo os genitores presença marcante e significativa na prática destas violações, principalmente para crianças e adolescentes de 0 a 14 anos de idade.

Esta análise aponta a necessidade de maiores aprofundamentos e apropriação pela sociedade sobre a violência contra a criança e adolescente, seus impactos, até para que se possa propor políticas públicas de enfrentamento a esse fenômeno social posto, mas em grande parte invisível, até por ocorrer em âmbito doméstico.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. *Violência Sexual Intrafamiliar: É possível proteger a criança*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

FALEIROS, E. T.S. *A criança e o adolescente: Objetos sem valor no Brasil Colônia e Império*. In: Rizzini, I.; Pilotti, F. (orgs). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 203-222.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na cena contemporânea*. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília:

CFESS/ABEPSS, 2009.

IASI, Mauro. O Estado e a violência. Artigo publicado em 16/10/2013. Blog da Boitempo: Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/10/16/o-estado-e-a-violencia>>.

KONDER, Leandro. O que é Dialética. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LÖWY, Michel. Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.

LUKACS, George. Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. A Ideologia Alemã. São Paulo: Nova Cultural, 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. IN: BOSCHETTI, Ivanete (org) Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

SAFFIOTI H.I.B. & ALMEIDA S.S. A síndrome do pequeno poder. IN: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira (org). **Crianças Vitimizadas: A síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 2007.

SILVA, Vivian da Veiga. Sociedade, Cultura e Violência. IN: BRASIL. Expansão em Mato Grosso do Sul Capacitação das Redes Locais Caderno de Textos. Brasília, 2012.

VIVARTA, Veet. O Grito dos Inocentes: Os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Cortez, 2003.

ZALUAR, A. A guerra privatizada da juventude. Folha de S. Paulo, 18/05/97.

WASELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro: Flaco Brasil, 2012.